



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000406650

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1011279-19.2024.8.26.0068/50000, da Comarca de Barueri, em que são embargantes CALYPSO BAY ARRENDAMENTO DE MARCAS E PATENTES LTDA e MIDNIGHT SUN PARTICIPAÇÕES S.A., é embargado DMV ASSESSORIA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MONTE SERRAT (Presidente sem voto), CARLOS RUSSO E MARIA LÚCIA PIZZOTTI.

São Paulo, 28 de abril de 2025.

PAULO ALONSO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Voto nº 5.456

Embargos de declaração nº 1011279-19.2024.8.26.0068/50000

Comarca: Barueri (1ª Vara Cível)

Embargantes: Calypso Bay Arrendamento de Marcas e Patentes Ltda e outra
(executadas)

Embargada: Dmv Assessoria Participações e Empreendimentos Ltda (exequente)

Juiz(a) prolator(a): Bruno Paes Straforini

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO
DESPROVIDA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO.
PRETENDIDO REEXAME DE MATÉRIA DECIDIDA.
DESCABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA
TAL FINALIDADE.

1. Ausência do vício apontado.
2. Embargos infringentes. Pretendido reexame de matéria decidida. Descabimento.
3. Embargos de declaração desprovidos.

Embargos de declaração interpostos contra o acórdão
de fls. 337/341, *dos autos principais*, que negou provimento ao recurso
de apelação interposto pelas executadas.

Embargante: As executadas.

Fundamento dos embargos: Alegação de omissão.

Síntese das razões: *Sustentam as embargantes* omissão
quanto à alegada falta de comprovação de que a obrigação constante do
título executivo é líquida, certa e exigível. *Aduzem* que a planilha
acostada pela apelada não aponta a evolução da dívida.

Sem contrarrazões.

É o relatório:

1. ***Voto pela rejeição dos embargos de declaração***

porque o acórdão questionado *não contém obscuridade, contradição, omissão ou erro material* a ser declarado, tanto que, na verdade, *são condutores de inconformismo* quanto ao resultado do julgamento, tratando-se de ***embargos infringentes***.

2. ***Pretendem as embargantes que a Turma Julgadora altere*** o resultado do julgamento, sob argumento de que a dívida executada não é líquida, certa e exigível, assim como pelo fato de não haver planilha de evolução da dívida, repetindo a tese de indeferimento da inicial.

3. ***Ocorre que*** a propósito da questão suscitada o acórdão questionado dispôs que não há qualquer nulidade no título executivo, pois se trata de dívida oriunda de contrato de locação comercial e aditamentos (fls. 161/180), em razão do inadimplemento de obrigações locatícias no período de junho a outubro/2023, cotas condominiais e encargos previstos em contrato (fls. 154/157). Ressaltou que o contrato de locação foi assinado pelas partes e é título executivo extrajudicial previsto em lei, revestindo-se dos requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade (art. 784, VIII, CPC).

Consignou ainda que a petição inicial foi instruída também com a planilha de evolução da dívida (fls. 181/182).

Não há, *portanto*, nada a ser corrigido ou declarado.

4. De qualquer forma, considerando que *os embargos de declaração são recurso de fundamentação vinculada*, cujo objetivo é *aprimorar a decisão embargada*, não é demais pontuar que, *feita devida*

revisão, chega-se à conclusão que:

(a) ***Não há obscuridade*** porque a decisão *não contém ambiguidade*, nem expressões ou afirmações que comprometam sua clareza ou dificultem seu entendimento;

(b) ***Não há contradição*** porque inexistem na decisão proposições inconciliáveis entre si. Ademais, a *contradição* a que alude o art. 1.022 do CPC, *é aquela intrínseca ao próprio texto, e não a contraposta a elementos externos a ele, ou derivada da interpretação dada pela parte.*

(c) ***Não há omissão*** porque o julgamento deriva de entendimento da *Turma Julgadora*, que considerou os pontos ***suficientes*** e ***necessários*** para equacionamento da controvérsia, nada mais havendo a ser declarado.

Cumprе pontuar que *o julgador não está obrigado a citar todos os dispositivos legais levados em consideração ao decidir, assim como não necessita enfrentar argumentos deduzidos pelas partes que não sejam, necessariamente, capazes de influenciar na conclusão adotada*, o que não implica, por si só, em carência de fundamentação, na linha da seguinte decisão:

“A função do julgador é decidir a lide de modo fundamentado e objetivo, portanto, desnecessário o enfrentamento exaustivo de todos os argumentos apresentados pelas partes” (Apelação nº 4003752-51.2013.8.26.0482, 15ª Câmara de Direito Privado do TJ-SP, Rel. Des. *Coelho Neto*, j. de 28.04.2015),

A despeito do inconformismo manifestado nos embargos, *não há nos autos nenhum outro argumento capaz de infirmar*

o resultado da demanda (art. 489, § 1º, IV, do CPC);

(d) *Não há erro material* porque não se verificam *incorreções internas do próprio julgado*, nem afirmações que indiquem *desacordo entre a vontade dos julgadores e a expressa na decisão*.

(e) Os embargos de declaração não se destinam a equacionar *dúvida que aflige somente o espírito da parte embargante*, ainda que compreensível o inconformismo com o resultado da decisão.

5. Tem-se ainda que não se pode perder de vista que *embargos infringentes* somente são admissíveis em *hipóteses excepcionais*, não servindo para obter *reforma do que foi decidido* ou *novo julgamento*, na linha dos seguintes precedentes do STJ:

Nos termos do art. 1.022 do NCPC, os embargos de declaração se destinam a suprir omissão, esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, podendo ser-lhes atribuídos, excepcionalmente, efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido (AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.644.179 [2019/0383720-6] Relator: Ministro MOURA RIBEIRO J. 26/05/2020; **destaque da citação**).

A atribuição de efeitos infringentes aos Embargos de Declaração é possível, em hipóteses excepcionais, para corrigir premissa equivocada no julgamento, bem como nos casos em que, sanada a omissão, a contradição ou a obscuridade, a alteração da decisão surja como consequência necessária. (...) (EDcl no REsp 1.253.998/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, 2ª T., j. em 22/05/2014, DJe 20/06/2014; destaque da citação).

6. *Nesta perspectiva, a rigor os embargos sequer poderiam ser conhecidos*, porque continua atual a posição do Superior

Tribunal de Justiça (STJ), no sentido de que “não pode ser conhecido recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelos de integração, não de substituição” (REsp. nº 15.774-0 - SP EDecl., 1ª Turma, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, j. 25.10.93, não conheceram, v.u., DJU 22.1193, p. 24.895, 2ª Col., em.).

Pelo exposto, nego provimento aos embargos de declaração, preservando em seus termos o *acórdão* embargado.

Proponho que se considerem ***prequestionados*** e *levados em conta no julgamento* (doutrina da “*causa decidida*”), todos os dispositivos reguladores da matéria controvertida na demanda, *aplicáveis ao caso*, pontuando que de acordo com o art. 1.025, do *Código de Processo Civil*, *consideram-se incluídos no acórdão os elementos suscitados para fins de prequestionamento.*

PAULO ALONSO

Relator